

A Gramatização no Brasil: Língua e Construção da Nacionalidade – 1808–1930¹

Grammatization in Brazil: Language and
Construction of Nationality – 1808–1930

Grammatización en Brasil: Lengua y Construcción
de la Nacionalidad – 1808–1930

Irineu Eduardo Jones Corrêa¹ 

Maria Cristina Antonio Jeronimo²

¹ Centro de Pesquisa e Editoração, Coordenadoria de Pesquisa, Fundação
Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, RJ, Brasil

² Fundação Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Email: irineu.correa@bn.gov.br

Email: mcantoniojeronimo@gmail.com

Editor-chefe

Marcia dos Santos
Machado Vieira

Editor Associado

Irineu Eduardo Jones Corrêa

Autor correspondente

Irineu Eduardo Jones Corrêa
irineu.correa@bn.gov.br

Recebido: 28/04/2023

Aceito: 09/04/2024

Como citar:

CORRÊA, Irineu Eduardo
Jones; JERONIMO,
Maria Cristina Antonio. A
Gramatização no Brasil:
Língua e Construção da
Nacionalidade – 1808–1930.
Revista Diadorim, v.25, n.1,
e58368, 2023. doi: <https://doi.org/10.35520/diadorim.2023.v25n1a58368>

Resumo

Este texto tratará dos pressupostos relativos à formação de uma coleção constituinte do processo de gramatização no Brasil, no período entre 1808 e 1930. O resgate do rol de publicações acontece no escopo do entendimento da Biblioteca Nacional como o principal *locus* da memória bibliográfica nacional. A coleção proposta será formada por títulos de gramáticas e dicionários de língua portuguesa (pilares do saber metalinguístico e do processo de gramatização), independentemente de autoria, posição no cânone e local de publicação. O texto apresentará também

¹ Projeto que conta com o auxílio da FAPERJ, edital 34/2021 de Apoio a Projetos no Âmbito do Bicentenário da Independência do Brasil – 2021.

os primeiros resultados da pesquisa (esboços da coleção) e enumerará as diferentes propostas de estudo que vêm se desenvolvendo a partir desses resultados.

Palavras-chave

Língua portuguesa; Gramáticas; Dicionários.

Abstract

This article will deal with the assumptions related to the formation of a collection that constitutes the grammatization process in Brazil, in the period between 1808 and 1930. The rescuing of the list of publications takes place within the scope of the idea of the National Library as the main *locus* of national bibliographic memory. The collection will consist of titles from Portuguese language grammars and dictionaries (cornerstones of the metalinguistic knowledge and of the grammatization process), regardless of authorship, position in the canon and place of publication. This article will also present the first results of the research (sketches of the collection) and will list the different study proposals that we have developed from these results.

Keywords

Portuguese language; Grammars; Dictionaries.

Resumén

Este texto abordará los supuestos relacionados con la formación de una colección constitutiva del proceso de gramatización en Brasil, en el período entre 1808 y 1930. El rescate de la lista de publicaciones se da en el ámbito de la comprensión de la Biblioteca Nacional como principal *locus* de la memoria bibliográfica nacional. La colección estará compuesta por títulos de gramáticas y diccionarios de lengua portuguesa (pilares del conocimiento metalingüístico y del proceso de gramatización), sin importar la autoría, la posición en el canon y el lugar de publicación. Este texto también presentará los primeros resultados de la investigación (bosquejos de la colección) y enumerará las diferentes propuestas de estudio que se han desarrollado a partir de estos resultados.

Palabras clave

Lengua portuguesa; Gramáticas; Dicionarios.

A gramatização, as coleções e os seus limites

Este texto tratará dos pressupostos relativos à formação de uma coleção constituinte do processo de gramatização no Brasil, no período entre 1808 e 1930.

Coleção é uma palavra indicativa de organização e agregação, mas, também, distinção. Supõe algum tipo de identidade entre os objetos selecionados e diferenças em relação a outros mantidos fora do conjunto proposto, provavelmente passíveis de constituírem outras coleções com seus assemelhados. Coleções nobres, como as de quadros de pintores famosos, ou coleções mais prosaicas, como as de chaveiros, todas elas seriam formadas segundo determinadas características atribuídas. Embora seja possível supor uma certa naturalidade naquilo que daria unidade às coleções, afinal chaveiros possuem evidentes semelhanças entre si e telas de pinturas com telas de pinturas, há outros fatores determinantes para a criação de coleções. São fatores de ordem simbólica, complexos o bastante para superarem os imperativos da naturalidade empírica primeira. Dois se destacam entre eles: o desejo, se pensarmos em coleções eminentemente pessoais; e a política, no caso de coleções como as das joias da coroa de um império, de objetos pessoais do presidente de um país ou de papéis de um arquivo.

A história da livraria que formou o acervo inicial da Biblioteca Nacional brasileira é exemplar nesse último aspecto. O primeiro conjunto daqueles livros constituiu-se como símbolo do poder e da glória dos reis portugueses; foi destruída pelo terremoto que atingiu Lisboa e, remontada de modo célere, para integrar o novo conjunto de prédios públicos da cidade reconstruída; viajou perigosamente pelo Atlântico, fugindo do invasor francês, para ser instalada em terras da colônia; fez parte do espólio comprado à metrópole pela nação que se tornava independente. Entre seu desembarque, no século XIX, e o século XXI, foi guardada num prédio de hospital, depois num prédio adaptado, passou para prédio alugado, em frente a um jardim à beira-mar, até ser alojada em edifício especialmente construído para ela, já num momento em que a capital federal da república era modernizada (Correa, 2009). Seria, portanto, a coleção de livros do rei de Portugal, depois a coleção de livros e de documentos do Imperador do Brasil e, contemporaneamente, a da República brasileira.

As coleções inscrevem-se em tradições filosóficas e teórico-metodológicas, portanto estão longe de serem ações instintivas ou puramente empíricas. É o caso de coleções como a Benedito Ottoni, tratada como tal desde sua entrada na Fundação Biblioteca Nacional. Uma consulta ao catálogo digital permite visualizar as muitas coleções desse tipo e seus documentos, independente de sua localização nos vários acervos da instituição. Em categorias diferentes, mas igualmente significativas seriam as coleções integradas por obras e documentos “recortados” de outras coleções, quando da composição de um livro de mapas, da montagem de uma exposição ou de um

dossiê digital – recursos usuais para a disseminação de acervos. Reflexão instigante sobre significados sociopolíticos do colecionismo e do ritual de entrega de coleções à instituição – símbolo da recepção da cultura bibliográfica nacional – foi realizada por Lapa e Silva (2020), partindo exatamente da coleção citada.

Gramatização é entendido como um processo duplo, que descreve e instrumentaliza uma língua, com base na gramática e no dicionário, pilares do saber metalinguístico, conforme S. Auroux (1992). A gramática é mais do que um descritor do que seria uma linguagem natural, mas um instrumento linguístico capaz de levar o produtor de enunciados a regras e formas que não fariam parte de sua competência, ou seja, gramática não é natural, ela é um processo de elaboração em contínua transformação. Do mesmo modo, o dicionário é instrumento e reunião de lexias² e de seus significados que, em sua variedade, são de impossível apreensão total – está em constante transformação e ampliação (Auroux, 1992, p. 69-70).

As gramáticas e os dicionários formadores da coleção são aqueles que circularam no Brasil, qualquer que seja o lugar de sua edição ou a nacionalidade de seu autor, sendo considerado o conjunto total de obras do acervo da FBN, independente de sua posição no cânone. A restrição é o período de sua publicação, 1808–1930, conforme será apresentado mais adiante. A escolha de obras prioritárias – há 28 títulos tratados assim –, dá-se na perspectiva de sua representatividade no que se refere à “concepção filosófica” determinante para a produção de gramáticas até o século XIX, somadas às primeiras produzidas na “concepção científica”, inaugurada no país na segunda metade daquele século, acrescidas de outras de centralidade reconhecida para a disseminação da gramática na rede de ensino.

De acordo com José Horta Nunes, após o advento da escrita que corresponde à primeira “revolução tecnológica das ciências da linguagem, iniciada em 3.000 a.C.” (Nunes, 2002, p. 101), a gramatização, entendida como o “processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua”, constitui-se na segunda grande revolução (Auroux, 1992, p. 65). Nesse decurso, gramática e dicionário encontram-se como as duas *tecnologias* usadas até hoje como base para o saber metalinguístico.

Os saberes lexicográficos e gramaticais são resultado de um complexo e longo processo de instrumentação, a origem não se estabelece num fato isolado, pelo contrário, mas numa série de acontecimentos e/ou fatores inter-relacionados. Posto isso temos um processo dinâmico em que fatores políticos, sociais e econômicos se mostram preponderantes, para além dos linguísticos (Nunes, 2002, p. 102).

Uma das preocupações do projeto é não ofuscar o plurilinguismo da cultura brasileira, em que a língua oficial é o português, formalmente articulado com o português de Portugal através de acordos específicos, mas que se manifesta em

² Lexia: unidade do léxico. As lexias podem ser simples (vocábulo), composta (locações) ou complexa (fraseologia).

variedades diversas e influências estáveis como as das línguas africanas, a presença das línguas indígenas e a não desprezível interveniência vocabular árabes e europeias. Há estudos que trazem à baila a importância de aprofundar as investigações e tratar do tema como algo fundamental para o entendimento da complexidade social brasileira (Leite; Callou, 2002; Carboni *et al.*, 2017; Oliveira, 2009). Mesmo que nesta etapa do projeto o conjunto não seja incluído, fica o registro da projeção de sua inclusão em etapas mais avançadas.

O acervo de Manuscritos da FBN também guarda documentos cujo conteúdo versaria sobre gramáticas e dicionários. Documentos não publicados, entretanto, não integrarão a coleção tendo em vista o objetivo do projeto ser a apreensão dos instrumentos de gramatização que circularam ou podem ter circulado entre leitores brasileiros. Quatro exemplos de manuscritos, entre dezenas de outros, deixam evidente o valor do material presente naquele acervo: o “Breve compendio de grammatica portugueza, extrahido de diversos autoes e offerecido aos seus alumnos”, de Francisco José da Silva Porto, de 1831; a “Carta de Gonçalves Dias, acusando o recebimento das primeiras folhas do *Dicionário Tupy* e faz algumas observações a respeito da obra”, de Joaquim Caetano da Silva; o “Diccionario de vocabulos da Lingua Portugueza e accepções diversas e estudado na primeira época do anno lectivo de 1871”, de Carlos Emilio da Costa; e o “Vocabulário da lingua botocudo”, de Charles Frederick Hartt.

O resgate do rol de publicações acontece no escopo do entendimento da FBN como o principal *locus* da memória bibliográfica nacional. Uma posição social que, para além das determinações legais, se confirma e consagra pela conservação nela de mais de nove milhões de documentos e do maior acervo de obras impressas do país. No que se refere à instrumentalização dessa posição, a legislação determina que toda publicação produzida e editada no país deve ter exemplar depositado na instituição. No Brasil, trata-se de uma tradição que remonta à obrigação de entrega de exemplar de publicação à Imprensa Régia, no tempo da presença da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro, se mantém com a Independência, até os dias de hoje (Alves; Menegaz, 1987; Rodrigues, 2017). Uma política de memória que remonta à tradição mitificada da Biblioteca de Alexandria (Jacob, 2000) e, em Portugal, pode remontar ao próprio nascimento da nacionalidade (Corrêa, 2013).

Ocupando esse lugar de repositório central de obras e documentos que salvaguardam a memória coletiva do país, a instituição tem a responsabilidade de cuidar do acervo sob sua guarda de modo a perenizá-lo, ao mesmo tempo que o mantém acessível a toda pessoa que tiver interesse em consultá-lo. Na convergência desses compromissos e responsabilidades é que está o grande investimento em digitalização do acervo. Na medida em que avança, ele reduz o manuseio físico das obras,

contribuindo para sua conservação, e alcança públicos cada vez maiores e diversos, superando barreiras geográficas.³

A digitalização do acervo de jornais e revistas da FBN é exemplar do impacto que esse processo vem provocando na pesquisa, sobretudo a especializada. A tecnologia embutida no processo permite que o leitor busque por vocábulos simples ou compostos em cada linha dos textos de cada título, de cada edição, transformando-os em fontes primárias de investigação, ou seja, notícias sobre acontecimentos de 50, 100 ou 200 anos passados, antes, de difícil prospecção pelo velho método de pesquisa página a página, documentos a documento, estão, hoje, a apenas alguns cliques do consulente, via aplicativos de leitura digital. O acesso a novas informações ou leituras dos acontecimentos vêm permitindo renovar e revisar saberes e abrir novas áreas de estudos.⁴

O contexto histórico político-cultural: notícias

O período privilegiado pelo projeto inicia-se com a elevação do país à condição de Reino Unido, percorrendo o período pré e pós-Independência e chegando à consolidação da República, na década de 1930. É marcado pela construção da nação e pela busca da autonomização do pensamento brasileiros, com a constituição de uma identidade nacional, frente à antiga metrópole (no pós-Independência) e na expectativa de se igualar às nações modernas (no período pré e pós-instauração da República). À guisa de mero registro, sem aprofundar reflexões sobre eles, uma simples listagem de acontecimentos evidencia o que foi o período. Em 1808 a corte dos Bragança se transfere para o Rio de Janeiro, iniciando um processo que fará da cidade a capital do império português, com a transferência da administração e dos símbolos dessa governança para a América do Sul. Com a retirada das tropas napoleônicas em Portugal em 1811, e a derrota de seu líder de modo definitivo em 1815, a pressão pelo retorno da corte para a Europa se intensificaria, concretizando-se em 1821. A relação entre as antigas colônia e metrópole, entretanto, não voltaria ao modelo de subordinação anterior a 1808, com a independência brasileira sendo proclamada em 1822 e reconhecida pelos portugueses em 1825, com a assinatura do Tratado de Amizade e Aliança entre Brasil e Portugal. A partir daí, o país

³ Notícia divulgada no portal da FBN informa serem mais de 5.000.000 de itens digitalizados, com 50 milhões de visualizações até julho de 2022, com mais de 7 milhões apenas naquele mês. Disponível em: <https://www.gov.br/bn/pt-br/assuntos/noticias/bndigital-alcanca-quase-50-milhoes-de-visualizacoes-so-neste-ano>. Acesso em: 12 ago. 2022.

⁴ Trabalhos do grupo Arte Representação Sociedade (FBN/UFRJ), projetos como Circulação transatlântica dos impressos: a globalização da cultura no século XIX (FAPESP/CNPq) e publicações como *La civilization du journal* (2011) discutem a presença e/ou importância do periodismo nos acontecimentos e a percepção do mundo, cada um deles sob perspectivas próprias, todos tornados possíveis, em grande parte, por conta do acesso a jornais digitalizados.

se estabelece como Império, por 67 anos. Um breve reinado do príncipe português que liderara a consumação da independência e um conturbado período regencial da menoridade do filho brasileiro daquele seriam secundados por um longo reinado em que se consolidaria em transformações sociais importantes, traduzidas nos aspectos políticos, econômicos e culturais (Besouchet, 1979).

O ideário artístico predominante era tributário do Romantismo, que, por valorizar o resgate das origens, os traços característicos da nacionalidade e a cor local da cultura, mostrou-se talhado para o momento político. O império chegaria ao final em 1889, enfraquecido pelos efeitos sociais e econômicos da Guerra do Paraguai (1864–1870) e um ano após a abolição do trabalho escravo, uma das bases do modelo político que o sustentara. É como se o projeto de identidade nacional concebido na oficina imperial e na forja romântica já tivesse cumprido o seu papel, de modo que o Romantismo e a era imperial já se colocavam como coisas do passado. Para a classe política e a intelectualidade brasileira, o que importava era preparar a estreia do país no século que se avizinhava, talhado pelo figurino de uma modernidade em que uma república afrancesada era o protótipo (Carvalho, 2003). A concretização disso foi capturada por estudos como os de Jeffrey Needell (1993), no qual o historiador fez uma síntese sociopolítica da *belle époque* tropical a partir do Rio de Janeiro e de São Paulo, na qual dedica especial atenção à composição da elite daquele tempo. O modelo político permaneceria mais ou menos o mesmo até o final da década de 1920, quando uma nova ruptura, resultaria numa ditadura que lançaria as bases de um novo modelo de desenvolvimento industrial-urbano (Fausto, 2006).

Em meio a esses acontecimentos gerais, algumas anotações a propósito de aspectos dessintônicos com o processo de gramatização merecem apontamento. Desde os tempos coloniais o acesso à alfabetização e à escola foi tratado de modo ambíguo pelo Estado brasileiro. Foi no período imperial que foram fundados colégios como o Colégio Pedro II, inaugurado em 1834, e o Colégio do Caraça, fundado em 1820, importantes na formação de quadros da elite intelectual e política brasileira. No período republicano, a reforma Rivadávia da Cunha Correia, entre 1911 e 1915, retirou do Estado a responsabilidade pelo ensino.

A busca por normatização da ortografia no país foi contraditória, cheia de idas e vindas e, mais que isso, sempre foi indefinida sobre as relações que teria com as normas vocabulares portuguesas, segundo a síntese de Ana Araújo Silva (2009, p. 58-63): a Academia Brasileira de Letras (ABL) apresentou uma proposta de simplificação da ortografia, patrocinada por Medeiros e Albuquerque, em 1907. João Ribeiro recebeu a incumbência de corrigir as falhas e lacunas da proposta inicial, em 1912. Três anos depois, em 1915, foi aceita uma proposta de Silva Ramos para fazer convergir a proposta da ABL às regras da Reforma Ortográfica Portuguesa de 1911, que em linhas gerais buscou afastar os latinismos da ortografia corrente. Em 1931 foi

assinado um acordo entre a Academia Brasileira, avaliado por Antenor Nascentes, Mário Barreto, Silva Ramos e Sousa da Silveira, e a Academia de Ciências de Portugal, porém a Constituição Brasileira de 1934 retornaria às regras da ortografia de 1891.

Nada disso, entretanto, foi impeditivo para as elaborações do pensamento gramatical ou para a produção e circulação de gramáticas e, de certo modo, de dicionários brasileiros. Produção cujas características e dimensões o projeto pretende abordar.

A investigação sobre a gramatização no país

As gramáticas

A primeira etapa do projeto é a reunião de informações sobre as gramáticas publicadas no país no período. Uma primeira listagem de títulos foi publicada em 2009. O exercício de preparação daquela lista, de caráter eminentemente prospectivo, produziu “um panorama da coleção de gramáticas de língua existente no acervo geral da Biblioteca Nacional brasileira, desde quando integrava a Livraria da Corte dos reis de Portugal e o Brasil” (Corrêa, 2009, p. 111).

O critério inicial de busca para a composição daquela lista foi a presença da palavra “gramática” no título da obra, inclusive em suas diversas variações de grafia. Em seguida, pesquisou-se o termo “língua portuguesa – gramática” no cabeçalho de assuntos do catálogo de Obras Gerais. Trabalhou-se sobre o catálogo digital, comparou-se com o catálogo de fichas e, finalmente, com o catálogo de fichas manuscritas. A partir da lista produzida nessa convergência, a autoridade de gramáticos e filólogos remeteu a outros títulos com a sua marca, que foram integrados à lista. Um exemplo é o acontecido com os títulos de João Ribeiro, acadêmico e “oficial da Biblioteca Nacional”: localizada sua gramática mais conhecida, seus outros trabalhos filológicos foram juntados. As listas produzidas foram contrastadas com os recenseamentos de Maximino Maciel (*Breve retrospecto...* 1916), um dos primeiros a esboçar um resumo sobre a história dos estudos filológicos no país, e Antenor Nascentes (2003[1939]). Esses estudos indicaram a importância das teses de candidaturas a cadeiras do Colégio Pedro II no acervo de gramáticas, das quais emanaram, em parte, as doutrinas que reformariam os estudos filológicos de Júlio Ribeiro, de seus pares e seus antagonistas. Pretendeu-se oferecer ao leitor-pesquisador um panorama da coleção de gramáticas de língua existente no acervo. Foram, também, incluídas nesse levantamento algumas gramáticas da língua portuguesa em alemão, francês e inglês, pretendendo-se com isso chamar a atenção para um relativo interesse, por parte de outras nações europeias pelo idioma do império em decadência, nação e língua consideradas cada vez mais secundárias. Igualmente estão incluídas naquele recenseamento obras indicativas das relações dos gramáticos com o latim, tratado

como o modelo ideal de gramatização. Feitos os descartes, restaram 194 entre gramáticas e estudos de filologia. Um quantitativo que contemplava apenas o acervo do armazém de Obras Gerais (Corrêa, 2009).

Na fase atual do projeto, a lista foi ampliada, acompanhando inicialmente os mesmos critérios anteriores: verificou-se a presença do termo de gramática e as suas variações em todos os campos de busca do catálogo digital, no qual estão incluídas as antigas fichas datilografadas e impressas. Títulos de gramáticas de línguas indígenas e africanas, mesmo de efetivas ligações com a língua portuguesa, ficaram de fora, nessa etapa. Somaram-se a isso, a indicação dos pesquisadores do projeto e as informações colhidas em recenseamentos mais recentes como o de Ricardo Cavalieri (2001). Importantes contribuições foram colhidas em pesquisas recentes como as de Polachini (2018), Andressa Parreira (2011), Coelho e Dana (2015), Barbosa e Azeredo (2018) – produzindo um quadro geral de gramáticas disponíveis no acervo da FBN, editadas e reeditadas entre 1513 e 2012. Nessa conjugação foram arrolados 683 títulos, com a inclusão desde obras raras do século XVI, até reedições dos anos 1960–1970. Nela estão reunidas informações sobre autor, título, ano, local e editor, endereço da internet onde se tem de acesso à versão digitalizada e fonte da informação. Há, provavelmente, títulos superpostos e duplicados, uma vez que se recepcionou com entradas próprias as mínimas variações em títulos, autoridades, nomes de editoras, local de publicação etc. com o cuidado de acumular todas as obras disponíveis, desde que convergentes com os parâmetros propostos pelo projeto.

Desse novo conjunto, foram eleitas 28 obras para estudos e sínteses elaborados pela equipe. São obras representativas do pensamento gramatical tradicional ou filosófico, vigente até meados do século XIX, obras fundadoras e importantes para o ciclo de estudos gramaticais científicos, e mais um pequeno grupo de obras ligadas à divulgação das gramáticas, uma vez que adotadas pelo Colégio Pedro II. As obras tiveram seus dados bibliográficos escrupulosamente anotados, sendo produzidas imagens fotográficas de suas capas, contracapas, lombadas, folhas de rosto e guarda, textos de apresentação ou introdução, sumário e índice, além de outros elementos paratextuais como carimbos e selos, dedicatórias, rabiscos e páginas de propagandas e anúncios. Com essa produção, a primeira etapa dos trabalhos foi completada.

Inicia-se, simultaneamente, o refino da grande lista produzida. Os procedimentos de anotações bibliográficas e as fotos realizados para as 28 obras supramencionadas se repetirão para o restante das gramáticas, publicadas entre 1808 e 1930. Essa lista deverá permitir mapear as duas grandes linhas da produção gramatical de língua portuguesa circulante no Brasil.

As primeiras gramáticas escritas ou publicadas no Brasil constituem um conjunto de obras tributário do modelo racionalista, inspirado na hipótese da existência de uma ordem lógica do pensamento que cumpria às línguas refletir por meio de sua estrutura. Nele estão três dos títulos indicados como prioritários, quais sejam:

Compendio de grammatica da lingua nacional (1835), de Antonio Alvares Pereira Coruja; *Compendio da grammatica philosophica da lingua portugueza*, do padre Antonio da Costa Duarte, publicado no Maranhão em 1853; e a *Grammatica portugueza* (1877), de Francisco Sotero dos Reis.

Na segunda metade do século XIX, mais precisamente em seus últimos decênios de 1800, o estudo da linguagem humana assumiu o caráter de uma verdadeira ciência, especialmente nas universidades alemãs, francesas e inglesas, sob o rótulo de gramática histórico-comparativa, e como tal contou com muitos adeptos no Brasil. Entre 1880 e 1930 publicaram-se no país dezenas de gramáticas do português que revelavam um honesto esforço de modernização científica e renovação pedagógica, sem renunciar, contudo, ao perfil normativo da tradição greco-romana. Entre muitos nomes notáveis, destacaremos quatro títulos/autores. O primeiro deles é Julio Ribeiro, cuja obra dá início ao chamado Período Científico: *Grammatica portugueza*, 2ª edição, refundida e muito aumentada (1885). É a primeira obra que informa sobre particularidades gramaticais do uso brasileiro da língua portuguesa. O segundo é Maximino de Araujo Maciel, sua *Grammatica analytica* (1887) se impõe como exemplar do perfil renovador. Destacam-se ainda, como representantes desse grupo, João Ribeiro com sua *Grammatica portugueza* (1894); e a dupla de autores Manoel Pacheco da Silva Junior e Boaventura P. Lameira de Andrade que assinam as *Noções de grammatica portugueza* (1887).

Lugar privilegiado nos estudos sobre gramatização tem Manuel Said Ali. Sua *Grammatica secundaria da lingua portugueza*, segunda edição publicada em 1927, é, inquestionavelmente, o modelo da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), que seria proposta e adotada oficialmente no Brasil em 1959 e permanece em vigor. Como frutos da pesquisa, destacamos também o *Breve compendio de grammatica portugueza* (1844), de Salvador Henrique d'Albuquerque; e a *Nova grammatica analytica da lingua portugueza* (1881), de Charles Adrien O. Grivet.

Tendo por autor um dos nomes fundamentais da dicionarística em língua portuguesa, *Epitome da grammatica da lingua portugueza* [1806] é a primeira exposição abrangente das características gramaticais da língua portuguesa produzida por autor brasileiro, tendo logrado publicidade como texto introdutório da segunda edição (1813) do *Dicionário da lingua portuguesa* (1ª ed.: 1789), de Antonio de Moraes Silva. Merece menção também a obra *Breve compendio de grammatica portugueza*, 1876 (mesmo título da obra de Salvador Henrique d'Albuquerque), – escrita por Frei Joaquim do Amor Divino Rabelo, o Frei Caneca, entre 1817 e 1821, período em que o autor, conhecido por suas ideias libertárias, esteve encarcerado.

Alfredo Augusto Gomes, autor da *Grammatica portugueza*, e Felisberto de Carvalho, com seus *Elementos de grammatica portugueza: para uso dos alumnos de instrucção primaria*, assinalam um momento importantíssimo: o do surgimento

e da difusão das gramáticas escolares, fundamentais para o processo de ensino da língua. É uma articulação que, no projeto, marca mais um desdobramento de tema para os pesquisadores, com estudos que as relacionam diretamente com a difusão da língua entre a população, a partir das escolas modelares do Rio de Janeiro e do país. As gramáticas, os dicionários (como será abordado mais adiante) e os manuais usados efetivamente em sala de aula difundiram categorias descritivo-gramaticais cunhadas numa tradição discursiva partilhada por gerações, e propuseram modelos para padronização linguística que se desloca do lugar da convenção para um lugar simbólico de língua, uma “verdadeira língua da escola”.

Em sua segunda fase, o projeto começa a desenvolver estudos específicos a partir, principalmente, daquelas gramáticas apontadas como prioritárias. São estudos sobre a recepção, difusão e fundamentação teórica das gramáticas, considerando os projetos de construção da nação e de autonomia do pensamento brasileiro. A própria montagem das ferramentas de coleta e recuperação das informações são tema dos estudos dos pesquisadores do grupo, como se poderá constatar com os trabalhos que estão publicados neste dossiê.

Os dicionários

Apesar de a primeira lista conter alguns poucos vocabulários, o estabelecimento da coleção de dicionários foi uma etapa acrescentada ao projeto, devido a serem eles parte do engendramento da gramatização da língua, mas com características próprias. Desse modo, o tratamento desse grupo de obras está ainda na fase prospectiva.

A identificação das obras de referência existentes no acervo da FBN vem se dando por duas formas. A busca genérica, por palavras-chave, e a busca especializada, por autores e títulos. Até o momento, as buscas ocorreram apenas no catálogo *on-line*. As palavras-chave foram *dicionário*, *vocabulário*, *léxico*, *vocabulo*, no plural e no singular, com diferentes grafias, em todos os campos da ficha catalográfica. Esse tipo de busca trouxe, naturalmente, resultados que não se enquadram na tipologia de publicações em questão.

A partir dessa seleção prévia, até agosto de 2022 foram selecionados 109 títulos para serem consultados fisicamente. Dentre eles, também até o momento, 55 foram mantidos como candidatos a integrar a coleção.

Além de identificar a obra no catálogo, é sempre necessário verificar a sua efetiva existência e localização, fazer anotações de caráter descritivo e, sobretudo, (re)conhecê-la e categorizá-la entre as tipologias estabelecidas. Paralelamente a esse encontro com e das obras na FBN, estão sendo identificadas aquelas que estão disponíveis remota, sobretudo em repositórios institucionais. Essa é mais uma das informações pontuais que constarão do produto a ser oferecido ao final do projeto. Os dicionários generalistas mais relevantes estão quase integralmente disponíveis para consulta *on-line*, invariavelmente em mais de um repositório e biblioteca.

A busca especializada está sendo construída a partir da pesquisa apresentada na obra *Dicionários parentes e aderentes*, de Átila Almeida (1988), seminal para os estudos no tema. Trata-se de um livro de 349 páginas, que contém uma bibliografia de dicionários, construída a partir de precioso espólio da família do autor, composto por cerca de 3.000 volumes, complementada com buscas em mais de 20 outras fontes, entre catálogos, bibliotecas, bibliografias (Almeida, 1988, p. 14-15). Nesse livro, estão elencados também as obras análogas ao gênero ou que tenham a palavra *dicionário* no seu título. Todas as publicações listadas que se enquadram no critério exposto (de língua, diatópico, terminológicos, bilíngue de português e línguas indígenas ou africanas, publicado entre 1808 e 1930) serão buscadas na base de dados digital e, em seguida, nas fichas impressas.

Outras fontes de consulta, como os estudos sobre dicionarística de língua portuguesa de Telmo Verdelho (2007) e de José Horta Nunes (2006), entre outros, serão consideradas, além, claro, de não se descartar o encontro ocasional de certos títulos no catálogo. Se a obra atender aos critérios, integrará a coleção.

Os critérios previamente estabelecidos para a construção do *corpus* lexicográfico existente no acervo da FBN vêm se alterando à medida que a análise das obras caminha. De partida, foram selecionados os seguintes tipos de dicionários: monolíngues de língua portuguesa, generalistas, pertencentes ou não ao cânone lexicográfico; portáteis ou escolares; universais ou enciclopédicos; especializados (diatópicos, temáticos, de sinônimos e antônimos etc.). A seleção independe da autoria, da casa editora, da localidade, de ser obra concluída ou inacabada. Paralelamente à seleção dos monolíngues, temos selecionado também os bilíngues, de línguas autóctones ou africanas faladas no Brasil.

Não foram considerados, portanto, os dicionários de línguas estrangeiras (sejam monolíngues ou bilíngues), as enciclopédias, os dicionários históricos e biográficos, corográficos ou geográficos (publicados para diferentes províncias), pois são eminentemente enciclopédicos, embora suas nominatas possam conter um ou outro nome comum; e algumas outras obras que, mesmo tendo estrutura de dicionário ou vocabulário, não têm a finalidade de esclarecer o significado ou o uso de termos lexicais. Embora também sejam instrumentos de gramatização, os vocabulários ortográficos e os dicionários de questões gramaticais (regência, conjugação, dificuldades gramaticais) não serão incluídos na coleção, pelo menos nessa fase do projeto. O foco desta coleção são os dicionários que têm como objetivo esclarecer o significado e o uso de lexias.

Até a década de 1930, os dicionários generalistas de língua portuguesa são exclusivamente de matriz europeia. Mesmo que a casa editora fosse brasileira (como J. Villeneuve, N. L. Vianna Junior, Typographia Douos de Dezembro), os responsáveis

pela obra e os referenciais eram de Portugal.⁵ Efetivamente redigidos aqui foram os dicionários complementares, que são os de termos especializados, de termos regionais brasileiros e de línguas autóctones ou africanas faladas no Brasil.

Tipologia de dicionários da coleção

Os dicionários gerais (ou generalistas) da língua são aqueles que reúnem uma *nominata extensa*, sem incluir nomes próprios (com algumas raras exceções). Os verbetes contemplam um grande número de acepções, geralmente com abonações e exemplos de uso, contêm informações gramaticais, filológicas e etimológicas, além de várias indicações de contextos de uso. A maioria deles é composta por mais de um volume.

Estão relacionados a seguir os dicionários gerais da língua portuguesa que compõem a tradição lexicográfica do período estudado e que marcaram a produção subsequente. Como os dicionários são conhecidos pelos seus autores, foram assim elencados, juntamente com o número de edições que tiveram entre 1808 e 1930: Antonio de Moraes Silva (oito edições entre 1813 e final do século XIX); Francisco Solano Constâncio (12 edições ou, ao que parece, reimpressões, entre 1836 e 1884); Eduardo de Faria (quatro edições entre 1849 e 1859); José Correia de Lacerda (cinco edições, entre 1860 e 1878); Domingos Vieira (única edição 1871-1874); Caldas Aulete (duas edições entre 1881 e 1925); Cândido de Figueiredo (quatro edições entre 1899 e 1926[?]).

A seguir, exemplos coletados em dois desses dicionários generalistas.

DESPOTISMO, *s.m.* Autoridade, poder absoluto. § Abuso do poder contra a razão, contra a Lei; excesso do direito, que faz o que governa.

BRAGUILHA, *s. f.* Os fundilhos dos calções entre as coixas, e daí para cima a parte que cobre os genitáes, e onde está a abertura dianteira, nos calções que não tem alçapão (Moraes Silva, 1813).

Despotismo (des-po-tis-um), *s.m.* governo absoluto, arbitrario e tyrannico, exercido por uma ou mais pessoas. || Vontade imperiosa; mando absoluto, arbitrario. || Acção propria de um despota. || F. *Despota+ismo*.

Enfeitiçar (em-fei-ti-ssar), *v.tr.* dar feitiço a, fazer mal (a alguém) por meio de pretendido sortilegios; enredar como por artes e meios sobrenaturaes. || (Fig.) Abrazar de amor, attrahir de modo irresistivel: Perguntou ella com um sorriso gracioso de *enfeitiçar*. (Corvo.) || F. *En+feitiço+ar* (Aulete, 1925).

⁵ O *Dicionário da língua brasileira*, de Luís Maria da Silva Pinto (1832, Ouro Preto), é um plágio comprovado da edição de 1817 do *Novo dictionario da lingua portugueza*, da Typografia Rollandiana.

Os verbetes do dicionário de Cândido de Figueiredo assemelham-se, pela concisão, aos dos dicionários portáteis, mas a extensíssima nominata e a variedade de sentidos garantem o seu agrupamento entre os dicionários gerais. É também pródigo no registro de termos regionais. No exemplo a seguir, acrescenta um brasileirismo semântico.

despotismo *m.* Autoridade de um déspota. Poder absoluto e arbitrário. Acto próprio de déspota. * *Bras. de Minas.* Grande porção: *vi lá um despotismo de gente* (Figueiredo, 1913).

Dicionários portáteis, também chamados de práticos, escolares ou “de algibeira” equivaleriam, provavelmente, aos minidicionários de hoje. Suas nominatas são pouco extensas, as definições curtas, sem contextualização de uso, sem informações etimológicas, filológicas ou gramaticais. Seus textos iniciais costumam ser breves, contrariamente às apresentações dos dicionários gerais. Essas publicações acompanham o crescimento da escolarização, começam a circular em português no início do século XIX e, na passagem do XIX para o XX, são remodelados de modo a valorizar a informação linguística, a orientação para o público escolar e a acessibilidade comercial. Referir as obras desse tipo que existem na FBN apontará para os títulos que certamente circularam entre leitores, o que contribuirá para reflexões acerca do material didático acessível.

Os verbetes a seguir ilustram a estrutura desse tipo de dicionário.

Braguilha, *s.f.* fundilhos dos calções, etc.; abertura dianteira dos calções.

Enfeitiçar, *v.a.* dar, fazer feitiços (a alguém); encantar, cativar (Fonseca, [1848]).

Os dicionários universais são um híbrido dos dicionários de língua (que registram nomes comuns) e uma enciclopédia (que registram verbetes topográficos, biográficos etc. e que extrapolam o significado das unidades lexicais). Pelos menos dois títulos elencados entre os formadores do cânone lexicográfico de língua portuguesa têm a estrutura de dicionário universal ou dicionário enciclopédico. São eles o de Eduardo de Faria e José Correia de Lacerda (sendo o de Lacerda a continuação do de Eduardo de Faria). A cada edição, as informações históricas e literárias desses dicionários foram sendo aumentadas. Há outros dicionários universais do período no catálogo da FBN, por exemplo, a *Enciclopédia portuguesa ilustrada*, de Maximiano Augusto Lemos, e o *Repertorio lexicographico da lingua portugueza* ou *Diccionario dos dictionarios*, coordenado por Jeronimo Azevedo, publicado parcialmente.

Alguns dicionários têm o qualificativo “etimológico” no título, mas cumulam a função com dicionário de língua. Entre eles, o já mencionado *Novo dictionário crítico e etymológico da lingua portugueza*, de Solano Constâncio, e o *Vocabulário etymologico, orthographico e prosodico das palavras portuguezas derivadas da lingua grega*, de Ramiz

Galvão, em cuja biografia se acrescenta o legado de modernização e reformulação da FBN. Será, certamente, obra a ganhar destaque na coleção. A seguir, dois verbetes do dicionário de Galvão (1909).

Acídia, *s.f.* preguiça, frouxidão, tibieza espiritual. || De *ἀχιδεία* ou *ἀχιδία* indiferença (form. de *ἀ* priv. + *χρηδος* cuidado).

N. Classicos portugueses empregaram também a forma *acédia* mais chegada á origem grega. Roquette propõe que se lhe substitua *desidia*, vocabulo que entretanto não é perfeito synonymo e que certamente provém de outro radical.)

Mágo, *s.m.* sabio, perito no culto da religião zoroastrica. – Magico, feiticeiro. || De *μάγος*.

Deriv.: *magia* (s.f.), *mágica* (s.f.), *mágico* (adj.).

Os dicionários diatópicos, de termos brasileiros, são o que mais despertam o interesse nesta pesquisa, pois foram elaborados no Brasil e por autores brasileiros. Começaram a circular na década de 1850 e se multiplicaram a partir do início do século XX. Os dicionários de brasileirismos⁶ iam ao encontro da demanda de estudos da língua nacional. Eram dicionários de complementação aos dicionários generalistas, assinalando diferenças entre o léxico nacional e o de Portugal. Os mais importantes títulos são encontrados no catálogo da FBN, sendo que um deles foi inicialmente publicado nos *Anais da Biblioteca Nacional*, até a letra “c”. Trata-se do *Dicionário brasileiro da língua portuguesa*, de Macedo Soares. A obra é permeada de matizes ideológicos, geralmente de caráter nacionalista, e assinalada pela tentativa de apontar a etimologia e o contexto de uso dos vocábulos.

abolicionista s. 2. termos novos, creados modernamente, para exprimir ideias relativas a medidas tendentes á extinção da escravidão. “Partido dos Estados Unidos” dizem Littré e DV.; podião acrescentar: – e do Brazil, e de todos os paizes onde se mantem como instituição social o abuso chamado *escravatura*, sustentado pelo homem ladrão, locupletando-se com o suor do homem roubado, á sombra da lei da força, tolerada por governos cobardes, em beneficio de sociedades que não têm clara a noção da justiça. || ETYM. do port. *abolir*; lat. *abolere*, comp. do pref. *ab* diminuição, supressão + *r. ary. ol* crescimento, augmento + suff. *ere*; prov. hisp. fr. *abolir*; ital. *abolire*.

brequefeste sm., almoço, refeição ligeira; almoço fora do ordinario, na roça, em *pic-nic* qv., em caçadas ou pescarias etc. || ETYM. ingl. *break-fast* almoço.

⁶ Brasileirismo: palavra, locução ou acepção privativa do português do Brasil. Esse sentido tem seu primeiro registro escrito encontrado na década de 1870. Para o sentido de “brasilidade”, o primeiro registro é da década de 1820.

O primeiro trabalho desse tipo (contrastivo entre o português do Brasil e o de Portugal) foi feito pelo visconde de Pedra Branca, em 1826, mas só foi publicado no Brasil em 1921, por João Ribeiro. O segundo trabalho do gênero é um vocabulário de termos do Rio Grande de Sul (“Coleção de vocábulos e frases usados na província do Rio Grande do Sul”, por Braz da Costa Rubim), província que continuou a se destacar nos levantamentos de termos dialetais. Nas primeiras décadas do século XX, são publicados levantamentos lexicais de outras regiões do país, assim como trabalhos que tinham como objetivo explícito completar ou corrigir os dicionários gerais existentes. Recuperar os levantamentos desse tipo no acervo da FBN é uma das expectativas do projeto.

Em 1910, iniciam-se as discussões na Academia Brasileira de Letras acerca da elaboração de um dicionário brasileiro da língua portuguesa (primeiramente um dicionário de brasileirismos, e em seguida um dicionário da língua). Essa proposta se concretizará na década de 1960, por meio de obra bastante modesta, coordenada por Antenor Nascentes. Em 1938, será publicado o *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa*, germe do dicionário Aurélio, e, entre 1939-1944, o *Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa*, de Laudelino Freire.

A inclusão dos dicionários bilíngues de línguas autóctones do Brasil e de línguas africanas na coleção deve-se ao fato de serem estudos motivados pela história das línguas aqui no Brasil. A gramatização do português brasileiro passa pelo estudo, registro, reconhecimento (e apagamento) dessas línguas. Como se verificará, os registros dessas línguas suscitaram interesse de brasileiros e estrangeiros. A *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* era espaço privilegiado para se pensar sobre as línguas do e no Brasil. Uma rápida visita aos seus sumários demonstram a relevância do tema em suas páginas.

Os dicionários terminológicos são aqueles que consignam termos e acepções restritos a uma área do conhecimento: medicina, marinha, botânica, zoologia, geologia etc. Muitos deles têm como foco a realidade brasileira, sobretudo a fauna e a flora. Nem todos foram elaborados por brasileiros ou publicados no Brasil. Isso se deve ao interesse que esses temas tinham para estudiosos estrangeiros. Nesse caso, mais que o registro do léxico, procura-se registrar a realidade, nomeando-a. Mesmo assim, o léxico continua em foco, pois esses dicionários relacionam palavras (locais, vernáculas ou de raízes latinas e gregas) usadas para nomear as coisas que aqui se encontravam, como no *Diccionario de plantas medicinaes brasileiras*, de Nicoláo Joaquim Moreira (1871). Além de informações botânicas e medicinais, faz o cruzamento entre nomes de origem indígena e nomes de origem portuguesa. Por exemplo: “mastruço. É no Pará o Agrião” ou “mantimento de pobre. Veja-se *Murici*” (Moreira, 1871).

Nem sempre os dicionários temáticos publicados aqui tinham como tema realidades locais. O *Diccionario marítimo brasileiro*, dirigido pelo barão de Angra é uma tradução com atualizações e adaptações para a língua portuguesa de um dicionário francês e foi publicado pela Typ. e Lithog. do Imperial Instituto Artístico, em 1877.

Entre as variadas publicações que as buscas na base de dados trouxeram para consulta, existem algumas que, embora se denominem como tal e apresentem estrutura de dicionário (entradas em ordem alfabética, texto que seria o de definição e exemplos de uso), não são dicionários no sentido estrito do termo. A macroestrutura é alfabética ou por assunto, mas os conteúdos dos verbetes não são lexicais. São interpretações acerca de realidades, não raro com caráter jocoso, como o *Diccionario carcundatico*, de José Joaquim Lopes de Lima, e o *Diccionario dos desenganos traduzido mui resumidamente do Diccionario critico da lingua politica*, por J.C.Bailleul (1843).

Devoção – Hipocrizia; Fanatismo ... *v.gr.* a de rezar hum roزاری, meditando hum roubo ao Estado.

Carcunda – (Phrase da moda) Homem, que asseite e satisfeito com a carga de despotismo, se curva como o dromedario para receber-a; e trazendo esculpido no dorso o indelevel ferrete do Servilismo, tem contrahido o habito de não erguer mais a cabeça, recheada das estonteadas idéas de hum sordida cubiça (Lima, 1821).

A inclusão ou não de algumas tipologias de dicionários na coleção estão ainda em suspenso, por questões pragmáticas (tempo de execução, acesso às obras) e conceituais. Embora os dicionários terminológicos sejam relevantes para a produção lexicográfica subsequente, assim como para parte do registro do léxico brasileiro, nem todas as obras desse jaez seguem o padrão lexicográfico. São, algumas vezes, livros técnicos que apresentam os temas em ordem alfabética (por exemplo, o dicionário de higiene que complementa a obra *Longevidade humana*). Os dicionários “jococos” (supracitados), por outro lado, embora muito interessantes, não se enquadram no universo dos dicionários linguísticos.

Considerações finais

Como já se falou, o acervo da FBN guarda obras publicadas aqui (obrigatoriamente, pelo menos em tese) e no exterior. Em um caso ou outro, pode ser interessante saber a origem da obra (doação, aquisição, se pertence a alguma coleção, se há mais de um exemplar, se há diferentes edições e se a FBN possui exemplares de todas as edições). Tudo isso sinaliza a relevância da obra e a pesquisa sobre a sua consulta para a publicação de outras (pelo número de citações). São possibilidades que extrapolam esta pesquisa. Não deixam, porém, de ser janelas para outros projetos, que possam avaliar a efetiva circulação da obra no país.

No mesmo sentido de valorização do acervo, está sendo preparada uma primeira lista de obras com indicação para digitalização, contribuindo para a ampliação do acesso e a perenização de títulos relevantes para o tema em questão.

A expectativa é que uma coleção nesses moldes dará visibilidade ao conjunto, facilitando o acesso às obras, seja pelo especialista, seja pelo leitor diletante. Ao mesmo tempo, possibilita trazer à tona relações insuspeitas ou pouco observadas entre publicações, autores, áreas temáticas, editoras.

Referências

- ALMEIDA, Á. *Dicionários parentes e aderentes: uma bibliografia de dicionários, enciclopédias, glossários, vocabulários e livros afins em que entra a língua portuguesa*. João Pessoa: Funape; Nova Estela, 1988.
- ALVES, M. A. M.; MENEGAZ, R.. Depósito legal; esperança ou realidade. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, v. 15, n. 1, p. 35-44, jan./jun. 1987. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/120626>. Acesso em: 19 ago. 2022.
- AULETE, C. *Diccionario contemporaneo da lingua portuguesa*. Feito sobre o plano de F.J. Caldas Aulete. 2. ed. actual. Lisboa: Parceria A.M. Pereira, 1925.
- AUROUX, S. O conceito de gramatização. In: AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Ed. Unicamp, 1992. p. 65-99.
- BARBOSA, A. G.; AZEREDO, J. C. S. O ensino de língua portuguesa no Brasil na primeira metade do século XX: A construção de *corpus* metalinguísticos de gramáticas escolares. *Revista Diadorim*, Rio de Janeiro, v. 20, p. 201-226, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.35520/diadorim.2018.v20n0a23274>. Acesso em: 13 ago. 2022.
- BESOUCHET, L. *Pedro II e o século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.
- CARBONI, F. *et al.* O plurilinguismo na história do Brasil: Considerações exploratórias. *Organon*, n. 32, jun. 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/320744960>. Acesso em: 12 ago. 2022.
- CARVALHO, J. M. de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CAVALIERI, R. Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos no Brasil. *Alfa*, São Paulo, n. 45, p. 49-69, 2001. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4185/0>. Acesso em: 22 jun. 2022.
- COELHO, O. F.; DANA, S. M. D. G. História da língua portuguesa e historiografia linguística no Brasil em cinco gramáticas do século XIX. *Confluência*, Rio de Janeiro, n. 49, p. 215-235, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.18364/RC.V1149.89>. Acesso em: 13 ago. 2022.
- CORRÊA, I. E. J. A biblioteca como fonte: papéis do imaginário e notas sobre a memória de biblioteca nacionais e públicas. *REVISTA INTERFACES*, v. 2, n. 17, p. 87-106, jul./dez. 2013.

- CORRÊA, I. E. J. Uma coleção de gramáticas. *REVISTA INTERFACES*, v. 12, p. 110-140, 2009.
- FAUSTO, B. *Getúlio Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- FIGUEIREDO, C. de. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Nova edição corrigida e copiosamente ampliada. Lisboa: A.M. Teixeira, 1913.
- FONSECA, J. da. *Diccionario da lingua portugueza*. Feito inteiramente de novo e consideravelmente augmentado por J.-I. Roquete. Paris, Lisboa: Aillaud, [1848].
- GALVÃO, R. *Vocabulario etymologico, orthographico e prosodico das palavras portuguezas derivadas da lingua grega*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1909.
- JACOB, C. Ler para escrever: Navegações alexandrinas. In: BARATI, M.; LACOB, C. *O poder das bibliotecas: A memória dos livros no Ocidente*. Tradução de Marcela Mortara. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2000. p. 45-73.
- LAPA E SILVA, I. A. *Sobre papéis, trajetórias e dádivas: A doação da coleção Benedicto Ottoni para a Biblioteca Nacional*. 2020. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Escola de Ciências Sociais, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2020.
- LEITE, Y.; CALLOU, D. *Como falam os brasileiros: Descobrimo o Brasil*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.
- LIMA, J. J. L. de. *Diccionario carcundatico ou Explicação das phrazes nos carcundas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1821.
- MACIEL, M. Breve retrospecto sobre o ensino da Lingua Portugueza. In: MACIEL, M. *Grammatica descriptiva*. 6. ed. augm. e refundida. Rio de Janeiro: F. Alves e Cia.; Paris: Aillaud, Alves e Cia., 1916. p. 441-450.
- MOREIRA, N. J. *Diccionario de plantas medicinaes brasileiras*. Rio de Janeiro: Typ. Rua de Gonçalves Dias, 1871.
- NASCENTES, A. A filologia portuguesa no Brasil. In: NASCENTES, A. *Estudos filológicos: volume dedicado à memória de Antenor Nascentes*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2003 (1939). p. 186-204.
- NEEDELL, J. D. *Belle Époque tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- NUNES, J. H. Dicionarização no Brasil: condições e processos. In: NUNES, J. H.; PETTER, M. (org.). *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Pontes, 2002. p. 99-120.
- NUNES, J. H. *Dicionários no Brasil: Análise e história*. Campinas: Pontes; São Paulo: Fapesp; São José do Rio Preto: Faperp, 2006.
- OLIVEIRA, G. M. de. Plurilinguismo no Brasil: Repressão e resistência lingüística. *Synergies Brésil*, n. 7, p. 19-26, 2009. Disponível em: <https://gerflint.fr/Base/Bresil7/gilvan>. Acesso em: 11 ago. 2022.

- OLIVEIRA, L. L. *O Brasil dos imigrantes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- PARREIRA, A. D. *Contribución a la historia de la gramática brasileña del siglo XIX*. 2011. Tesis (Doctoral Filología) – Facultad de Filología, Universidad de Salamanca, Salamanca, 2011.
- POLACHINI, B. *Uma história serial e conceitual da gramática brasileira oitocentista de língua portuguesa*. 2018. Tese (Doutorado em Letras) – Departamento de Linguística. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- RODRIGUES, M. C. Análise da lei de depósito legal brasileira sob a ótica de Larivière (2000). *Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação*, v. 31, n. 1, p. 163-183, jan./jun. 2017. Disponível: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/6992>. Acesso em: 19 ago. 2022.
- SILVA, A. P. A. Breve história da ortografia portuguesa: períodos, reformas e acordos. *Revista de Villegagnon*, p. 58-63, 2009. Disponível em: <http://www.redebim.dphdm.mar.mil.br/vinculos/000004/000004c7.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2022.
- SILVA, A. de M. *Diccionario da lingua portugueza*. 2. ed. Lisboa: Typ. Lacerdina, 1813.
- SOARES, A. J. de M. Diccionario brasileiro da língua portuguesa. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger & Filhos, v. 13, 1885-1886, fasc. 1, p. 300-444 [do PDF], 1888-1889.
- VERDELHO, T.; SILVESTRE, J. P. (org.). *Dicionarística portuguesa: inventariação e estudo do patrimônio lexicográfico*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2007.

Financiamento

O presente estudo foi realizado com o apoio financeiro da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) processo E-26: 211.245/2021 por meio Programa Apoio a Projetos no Âmbito do Bicentenário da Independência do Brasil.